



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/11/2014

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	1
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	2
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. COMARCAS.....	3
3.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	4
3.3. JUÍZES.....	5
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	6
4.2. JUÍZES.....	7
4.3. PLANTÃO NO TJMA.....	8
4.4. PRESIDÊNCIA.....	9
4.5. VARA CRIMINAL.....	10

Prefeitura descumpre decisão da Justiça e não informa sobre TAC

Município tinha até ontem, dia 7, para prestar esclarecimentos sobre as razões de não ter cumprido o Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público; segunda-feira, dia 10, Justiça poderá intervir na SMTT

A Prefeitura de São Luís mais uma vez descumpriu uma determinação e não apresentou ontem, conforme determinou a Justiça, as razões pelas quais não cumpriu as medidas estabelecidas pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que prevê melhorias no Sistema de Transporte Coletivo da capital, principalmente no que diz respeito à licitação das linhas de ônibus. Como consequência, na segunda-feira, dia 10, pode ser nomeado um interventor para atuar na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT).

De acordo com o juiz Cícero Dias, titular da 4ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, a Prefeitura foi notificada na segunda-feira, dia 3, para prestar esclarecimentos sobre o TAC dos transportes e foi dado um prazo de cinco dias para que as informações fossem repassadas. O prazo terminou ontem e não houve um posicionamento do Município sobre a situação. O magistrado anunciará sua decisão sobre o caso na segunda-feira.

Intervenção - A penalidade para o não cumprimento da decisão da Justiça poderá ser uma intervenção na SMTT. Nesse caso, o

atual secretário Canindé Barros não será destituído do cargo, mas será nomeada uma pessoa, com conhecimento técnico e de confiança do titular da 4ª Vara da Fazenda Pública, para conduzir as ações referentes ao processo licitatório e as outras medidas previstas pelo TAC.

Entre as ações que serão desenvolvidas pelo interventor estão: iniciar a licitação para as linhas de transporte coletivo; iniciar a licitação para contratar empresa habilitada para a identificação biométrica dos passageiros; combater as fraudes decorrentes do uso ilícito do cartão de transporte; coibir o transporte irregular de passageiros realizado por meio de veículos particulares; e elaborar um plano de ações para melhorar sistema de transporte coletivo de São Luís.

Consta no pedido do Ministério Público a intervenção judicial da SMTT, para que seja nomeado um interventor para atuar na SMTT. De acordo com pedido da titular da Promotoria do Consumidor, Lítia Cavalcanti, após ajuizamento de Ação Civil Pública no ano de 2010, houve a formalização de um TAC em novembro de 2011, no qual a Secretaria assumiu compromisso de realizar li-

citação do sistema de transporte em 180 dias.

Como o TAC não foi cumprido, em junho de 2012 ele foi renovado com um aditivo contendo outras obrigações. O prazo para cumprimento dele expirou em maio de 2013 e, com isso, a SMTT solicitou novo aditivo ao termo e com prazo a vencer em novembro do mesmo ano. Mas ele novamente foi descumprido, resultando em mais um pedido de aditivo, que terminou em julho deste ano.

O Ministério Público, alegando que, apesar de todas as medidas legais adotadas pelo órgão ministerial, nada foi feito pelo Município para implementar as melhorias necessárias no transporte público no prazo judicialmente determinado, ingressou na 4ª Vara da Fazenda Pública, no dia 21 de outubro, com pedido de execução forçada do termo, além de pedir a intervenção na SMTT.

O Estado entrou em contato com a Prefeitura de São Luís para saber se ela atenderia a recomendação da Justiça e em nota a Procuradoria Geral do Município (PGM) informou que se manifestará nos autos, dentro do prazo legal, enquanto aguarda decisão judicial.



Justiça deve determinar realização de licitação do Sistema de Transporte Público de São Luís

Saiba mais

Paralelamente a essa situação, a Prefeitura terá de arcar com os custos da multa que ultrapassa o valor de R\$ 1 milhão pelo descumprimento dos termos previstos pelo TAC. O valor da multa é R\$ 20 mil por dia, proposta pelo Ministério Público, e está sendo aplicada desde setembro.

• CONCILIAÇÃO ITINERANTE



Líderes comunitários e representantes do Distrito da Cidade Operária estiveram reunidos, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador José Luiz de Almeida, e o coordenador, juiz Alexandre Abreu, para definir estratégias de divulgação e formas de atuação na 2ª Semana de Conciliação Itinerante, que acontecerá de 24 a 28 de novembro, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). No local, o Judiciário instalará postos de atendimento à população, beneficiando 140 mil habitantes de 21 bairros daquele distrito. O objetivo é estimular a negociação de conflitos apresentados pelos interessados.

• QUESTÕES

Nas sessões de conciliação, poderão ser resolvidas questões como: pedidos de pensão ainda não efetivados, reconhecimento de paternidade, divórcio, disputa por posse de bens, parcelamentos de contas, débitos de IPTU, dívidas de empréstimo, débitos junto a pequenos e microempresários e outras situações que não estejam tramitando na justiça ou ações abertas no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da UEMA. O agendamento do atendimento está sendo realizado de forma presencial no CRAS da Cidade Operária, até o dia 18 de novembro, das 8h às 18h. "O solicitante da audiência será responsável pela entrega de carta-convide à outra parte envolvida na questão. Nos demais casos, presentes as partes interessadas no registro de acordo, as solicitações de audiências serão devidamente atendidas", explicou o juiz Alexandre Abreu.

• BAIROS

A ação beneficiará os moradores dos bairros do Distrito da Cidade Operária: Apaco, Caixa Baixa, Cidade Olímpica, Cidade Operária, Geniparana, J. Lima, Jardim América, Jardim São Cristóvão, Jardim Tropical, Maiobinha, Muro Quebrado, Recanto dos Pássaros, Recanto dos Signos, Regional 13, Santa Clara, Santa Efigênia, Vila América, Vila Flamengo, Vila Kiola e Vila Operária e outros.

BACABAL

Polícia intensifica combate ao tráfico de drogas

Com intuito de desenvolver ações de prevenção, combate e repreensão ao tráfico de drogas, a 16ª Delegacia Regional de Bacabal deflagrou uma operação, coordenada pelos delegados Carlos Alessandro e Luigi Conte, na noite da última quinta-feira.

Na Vila São João, os policiais prenderam Alcenir Oliveira Sousa, 30 anos, em sua residência, quando o mesmo comercializava drogas. No interior do imóvel, foram apreendidas 17 trouxinhas de cocaína, que seriam vendidas pelo valor de R\$ 50,00 cada; e a quantia de R\$ 150,00 reais em espécie.

Durante a ação, a polícia deu cumprimento a um mandado de busca e apreensão em des-

favor de Iran Campos Silva. Os policiais revistaram a propriedade, localizada na Rua Cajueiro, bairro Areia, onde encontraram uma espingarda calibre 20 e duas munições intactas. Na ocasião, também foram realizados os cumprimentos de mais duas ordens judiciais, expedidas pela juíza Daniela Bonfim da Comarca de Bacabal, pedindo a prisão preventiva de Iran pelos crimes de tráfico de drogas e tortura.

Os presos foram encaminhados para delegacia regional, onde Alcenir foi autuado pelo crime de tráfico de drogas. Já Iran foi indiciado pelo crime de posse ilegal de arma. A dupla permanece custodiada na regional à disposição da Justiça.

■ O 10º Juizado Cível, que funciona na Faculdade Pitágoras (antiga Fama), está com suas atividades prejudicadas pela falta de internet. De acordo com a juíza da unidade, Eugênia Neves, desde o dia 20 de outubro o Juizado está com problema no link de internet da operadora Oi.

Encoge

O titular da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, juiz Fernando Mendonça **(foto)**, abordará o "O Monitoramento das Medidas Alternativas à Prisão e da Execução das Penas", no 67º Encontro de Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), entre os dias 12 e 14 de novembro, em Salvador-BA.



Falta de internet prejudica atividades do 10º Juizado Cível

O 10º Juizado Cível e das Relações de Consumo de São Luís, que funciona na Faculdade Pitágoras (antiga Fama), está com suas atividades prejudicadas pela falta de internet. De acordo com a juíza da unidade, Eugênia Neves, desde o dia 20 de outubro o Juizado está com problema no link de internet da operadora Oi.

De acordo com o assessor de Informática da Corregedoria da Justiça, Paulo Neto, o prazo para o restabelecimento do serviço dado pela Oi venceu às 18h da última quarta-feira (05), mas até esta sexta-feira (07) o problema não foi solucionado. A interrupção no serviço de informática impossibilita a realização das audiências de julgamento, que depende dos sistemas de informática, com base na internet, para funcionar.

Apesar de todo o problema, o atendimento ao cidadão continua sendo prestado. De acordo com a juíza, que não suspendeu as atividades, todos os atos que não dependem de sistema estão sendo realizados, mas o prejuízo para o cidadão é enorme, uma vez que as audiências não acontecem.

Prejuízo – O Judiciário maranhense vem enfrentando problemas constantes com serviços de telefonia e internet prestados no Estado. Em diversas comarcas o problema se repete, seja pela falta de internet ou de sinal de telefone (móvel ou fixo). O maior prejudicado pela má prestação dos serviços são os cidadãos, que buscam no Judiciário uma resposta para seus anseios.

- O juiz Fernando Mendonça, titular da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, vai abordar o tema “O Monitoramento das Medidas Alternativas à Prisão e da Execução das Penas” no 67º Encontro de Corregedores dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge).
- O magistrado também compõe a Central de Inquéritos de São Luís e é um dos juízes que participam ativamente dos debates em torno da melhoria do sistema prisional maranhense. A programação completa pode ser consultada no endereço eletrônico www.tjba.jus.br/encoge67.
- O Encoge acontece na Cidade de Salvador, no período de 12 a 14 da próxima semana e tem como tema “Desafios e perspectivas para uma Justiça célere e acolhedora”

Desembargador Joaquim Figueiredo é o plantonista do TJMA até domingo

O desembargador Joaquim Figueiredo responde pelo plantão de 2º grau até domingo (09), conforme portaria 783/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire.

No plantão de 2º grau são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória e outros.

Os servidores plantonistas de 2º grau são José Marciano Pereira e Mayco Murilo Pinheiro. O número do telefone disponibilizado para o plantão judiciário de 2º grau é o (98) 8815-8344.

« *Vamos mobilizar a magistratura em torno de uma ação pontual visando à preferência de pauta aos processos relacionados ao combate à corrupção em tramitação no Judiciário”, disse a presidente do TJMA, Desembargadora Cleonice Freire*

CAROLINA

Acusados de homicídio e tentativa vão a júri na próxima semana

Em júris que acontecem nos próximos dias 11 (terça-feira) e 12 (quarta), a partir das 8h, no Salão do Júri da Comarca de Carolina, sentam no banco dos réus, respectivamente, Janslei Carvalho e Pedro de Alcântara da Silva Ramos. Preside os julgamentos o juiz titular da unidade,

Mazurkiévicz Saraiva de Sousa. No primeiro júri, Janslei responde pela tentativa de homicídio praticada contra Genivan Gonçalves Sirqueira. Segundo a denúncia, o crime ocorreu no dia 18 de janeiro de 2011, por volta das 17h, na Avenida Frederico Martins de Azevedo (Carolina).

Ainda segundo a denúncia, a vítima trafegava pela via em uma motocicleta de sua propriedade quando dois indivíduos em outra moto emparelharam com ele. Consta da denúncia que, na ocasião, o homem que estava na garupa dessa outra moto sacou de uma faca, com a qual aplicou dois golpes na vítima, no pescoço e em uma costela. Em seguida, o condutor da moto teria acelerado o veículo.

De acordo com o processo, nesse momento o homem da garupa retirou o capacete, quando foi reconhecido pela vítima, com quem teria tido uma briga por ocasião de uma festa ocorrida em uma boate alguns dias antes.

DOIS REAIS – Já no dia 12, o réu foragido Pedro de Alcântara

da Silva Ramos vai a julgamento pela acusação do homicídio que teve como vítima Rosiel dos Santos Sousa, vulgo "Grande". O crime, praticado no dia 27 de junho de 2006, em um bar no bairro Ticoncá, em Carolina, teria sido motivado pela cobrança de uma dívida no valor de R\$ 2.

Segundo os autos, no dia do homicídio acusado e vítima encontravam-se no bar quando começaram a discutir por causa da cobrança da dívida por parte da vítima. Em determinado momento, Pedro de Alcântara teria sacado de uma faca com a qual golpeou Rosiel na altura do abdômen, causando-lhe a morte.

Em ambos os júris, a defesa fica a cargo do defensor público Renan Barros dos Reis. (Ascom TJMA)